Lei n.º 2.742

De 16 de dezembro de 2013.

(Projeto de Lei n.º 31 oriundo do Poder Executivo)

“Dispõe sobre as normas de funcionamento e utilização do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA, e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de Valença RESOLVE:

Capítulo I Da Natureza e Finalidade

Art. 1º - Ficam estipuladas as normas de funcionamento e utilização do Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, instituído pela Lei n.º. 1.977, de 10 de dezembro de 2001, que tem como finalidade mobilizar e gerir recursos para o financiamento de planos, programas e projetos promocionais do CONDEMA, que visem ao uso racional dos recursos ambientais, à melhoria da qualidade do meio ambiente, à prevenção de danos ambientais e à promoção da educação ambiental.

§ 1º - O Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA possui natureza contábil e financeira, é vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Pecuária e Meio Ambiente e tem como gestor financeiro o Secretário Municipal de Agricultura, Pesca, Pecuária e Meio Ambiente em conjunto com o Prefeito Municipal.

§ 2º - O órgão ao qual está vinculado o Fundo fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos seus objetivos.

Capítulo II Da Administração

Art. 2º - O Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA será administrado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Pecuária e Meio Ambiente, através de seu gestor financeiro em conjunto com o Prefeito Municipal, em articulação com o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA, que terá as seguintes atribuições:

I – elaborar a proposta orçamentária do Fundo, submetendo-a inicialmente à apreciação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, à época e forma determinadas em Lei ou regulamento;

II – organizar o plano anual de trabalho e cronograma de execução físico-financeiro, de acordo com os critérios e prioridades definidas pelo CONDEMA;

III – celebrar convênios, acordos ou contratos, observada a legislação pertinente, com entidades públicas ou privadas, visando à execução das atividades custeadas com recursos do Fundo;

IV – ordenar despesas com recursos do Fundo, respeitada a legislação pertinente;

V – outras atribuições que lhe seja pertinente, na qualidade de gestão do Fundo e de acordo com a legislação específica;

VI – prestar contas dos recursos do Fundo aos órgãos competentes.

Art. 3º - A execução dos recursos do Fundo será aprovada pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA, que terá competência para:

I – fiscalizar a aplicação dos recursos;

II – apreciar a proposta orçamentária apresentada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Pecuária e Meio Ambiente antes de seu encaminhamento para inclusão no orçamento do Município;

III – aprovar o plano anual de trabalho e o cronograma físico-financeiro apresentado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Pecuária e Meio Ambiente;

IV – apreciar os relatórios técnicos e as prestações de contas apresentadas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Pecuária e Meio Ambiente, antes de seu encaminhamento aos órgãos de controle complementar;

V – outras atribuições que lhe forem pertinentes na forma da legislação ambiental;

Capítulo III Dos Recursos

Art. 4º - Constituirão recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA aqueles a ele destinados provenientes de:

I – dotações orçamentárias e créditos adicionais;

II – taxas e tarifas ambientais, bem como penalidades pecuniárias delas decorrentes;

III – transferências de recursos da União, do Estado ou de outras entidades públicas e privadas, devendo obrigatoriamente ser destinado ao FMMA, 50% (cinquenta por cento) do ICMS Verde que é repassado ao Município pelo Governo do Estado;

IV – acordos, convênios, contratos e consórcios, de ajuda e cooperação interinstitucional;

V – doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privados, nacionais ou internacionais;

VI – multas cobradas por infrações às normas ambientais, na forma da lei;

VII – rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações de seu patrimônio;

VIII – outros recursos que por sua natureza possam ser destinados ao Fundo, por força de lei.

Art. 5º - São considerados prioritários para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA os planos, programas e projetos destinados a:

I – criação, manutenção e gerenciamento de praças, unidades de conservação e demais áreas verdes ou de proteção ambiental;

II – educação ambiental;

III – desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento e controle ambiental;

IV – pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico;

V – manejo dos ecossistemas e extensão florestal;

VI – aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas;

VII – desenvolvimento institucional e capacitação de recursos humanos da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Pecuária e Meio Ambiente ou de órgãos ou entidade municipal com atuação na área do meio ambiente;

VIII – pagamento pela prestação de serviços para execução de projetos específicos na área do meio ambiente;

IX – aquisição de material permanente e de consumo necessário ao desenvolvimento de seus projetos;

X – contratação de consultoria especializada;

XI – financiamento de programas e projetos de pesquisa e de qualificação de recursos humanos.

Parágrafo único: Os planos, programas e projetos financiados com recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA serão periodicamente revistos, de acordo com os princípios e diretrizes da política municipal de meio ambiente.

Capítulo IV **Das Disposições Finais e Transitórias**

Art. 6º - O Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA terá vigência ilimitada.

Art. 7º - Aplicam-se ao Fundo, todas as disposições constitucionais e legais que regem a instituição e operacionalização de Fundos assemelhados.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões em 16 de dezembro de 2013.

Salvador de Souza
PRESIDENTE

Silvio Rogério Furtado da Graça
VICE - PRESIDENTE

Genaro Eurico Rocha
1º SECRETÁRIO

Michelle Vieira Cabral da Silva
2ª SECRETÁRIA

Usando das atribuições que me são conferidas SANCIONO a presente Lei. Extraíam-se cópias para as devidas publicações.
Gabinete do Prefeito, em ___/___/___

Álvaro Cabral da Silva
Prefeito Municipal